



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa
e Segurança Internacional

**OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE
DEFESA E FORÇAS ARMADAS**

INFORME BRASIL Nº 21/2016
Período: 18/06/2016 - 24/06/2016

GEDES - UNESP

- 1- Registros de Bases Aéreas foram solicitados para investigações da Lava Jato
- 2- Colunistas abordaram a corrupção durante o regime militar
- 3- Segurança das Olimpíadas não será afetada pela crise do estado do Rio de Janeiro
- 4- Jornalista comentou a respeito das ações militares na garantia da segurança durante as Olimpíadas de 2016
- 5- Ministério da Defesa elaborou projeto para a criação de duas novas empresas estatais com o objetivo de financiamento tecnológico para a Aeronáutica
- 6- Venda sem fiscalização de armas e munições militares e policiais cresceu nas redes sociais
- 7- Onça foi morta após cerimônia olímpica
- 8- Novo efetivo de militares será enviado para garantir a segurança durante os Jogos Olímpicos
- 9- Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos analisou o caso de Eduardo Campos
- 10- Iniciativa será criada para arrecadar dinheiro para viagens da presidenta da República, proibida de usar aeronaves da FAB
- 11- Câmara Municipal aprovou alteração do nome do elevador Costa e Silva
- 12- Participação de atletas militares nas Olimpíadas de 2016 aumentou

1- Registros de Bases Aéreas foram solicitados para investigações da Lava Jato
Segundo o jornal *Correio Braziliense*, registros e dados de controle de Bases Aéreas da Aeronáutica foram solicitados por envolvidos nas investigações da Operação Lava Jato. No caso mais recente, o presidente da República interino, Michel Temer, acusado pelo ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, de ter se reunido com ele na Base Aérea de Brasília para tratar de doação à campanha eleitoral, solicitou à Aeronáutica dados que comprovassem a não ocorrência da reunião. Segundo o *Correio*, a Aeronáutica informou que as informações e registros são descartados após o período de dois anos. No entanto, o periódico afirmou que durante investigações contra o presidente da Câmara dos Deputados afastado, Eduardo Cunha, a Aeronáutica forneceu informações da Base Aérea de Santos Dumont, na cidade do Rio de Janeiro, referentes ao ano de 2011, as quais detalham a presença do executivo Júlio Camargo, delator de Cunha, no local. Em nota, a FAB informou ao jornal que os procedimentos administrativos podem variar de acordo com as necessidades e especificidades de suas unidades. (*Correio Braziliense* - Política - 18/06/16)

2- Colunistas abordaram a corrupção durante o regime militar

Em colunas opinativas para o jornal *Folha de S. Paulo*, o cientista político e professor da Universidade de São Paulo (USP), André Singer, e o advogado criminal Luís Francisco Carvalho Filho abordaram a corrupção durante regime militar (1964-1985). Singer comentou sobre a prática de pagamento de propina no período anterior, durante e posterior ao regime militar. O comentário foi feito após as revelações da delação premiada do ex-presidente da Transpetro, Sergio Machado. Ao demonstrar a facilidade com que a prática ocorria durante o regime, Singer citou o depoimento do empresário Ricardo Semler, em que ele afirmava ser impossível negociar algum equipamento com a Petrobras sem pagar propina. O cientista político também citou a afirmação do ex-deputado Pedro Corrêa, de que era do conhecimento dele os “desvios na estatal desde a ditadura”. Carvalho Filho, por sua vez, apresentou uma discussão sobre a corrupção no regime militar, como foco no governo de Ernesto Geisel. Filho citou um documento descrito na obra do jornalista Elio Gaspari, “A Ditadura Acabada”, sobre a reunião em que foi analisado o projeto de “abertura política”, proposto por Geisel. O advogado lembrou a discussão gerada pela proposta, quando o Ministro do Exército, à época, criticou a retirada da corrupção como um dos motivos legítimos para a decretação do estado de sítio e Geisel argumentou a favor da mudança, afirmando que a corrupção era algo “próprio da natureza humana”. (Folha de S. Paulo - Opinião - 18/06/16; Folha de S. Paulo - Cotidiano - 18/06/16)

3- Segurança das Olimpíadas não será afetada pela crise do estado do Rio de Janeiro

Segundo o periódico *Folha de S. Paulo*, a crise financeira do estado do Rio de Janeiro, responsável pela decretação, no dia 17/06/16, do estado de calamidade pública, não afetará a segurança dos Jogos Olímpicos, a qual será feita em parte pelo Exército. Segundo o diretor de comunicação do Comitê Organizador da Rio-2016, Mario Andrada, os recursos para a segurança do evento são de responsabilidade do governo federal, e não haverá nenhuma participação do governo do estado. (Folha de S. Paulo - Mercado - 18/06/16)

4- Jornalista comentou a respeito das ações militares na garantia da segurança durante as Olimpíadas de 2016

Em sua coluna para o periódico *O Estado de S. Paulo*, a jornalista Eliane Cantanhêde discorreu a respeito do papel das Forças Armadas, da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), da Polícia Federal e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) - recém-instituído pelo presidente da República interino Michel Temer - na garantia da segurança pública durante os Jogos Olímpicos de 2016 na cidade do Rio de Janeiro. A ação contará ainda com o auxílio de países como França, Inglaterra, Israel e Argentina. O motivo que levou o Brasil a contatar a *Central Intelligence Agency* (CIA) e o *Federal Bureau of Investigation* (FBI) dos Estados Unidos foi, principalmente, o atentado ocorrido na cidade de Orlando, nos Estados Unidos (EUA), e “a decisão do Estado Islâmico (EI) de traduzir suas mensagens para o português”, o que deixou as autoridades brasileiras em alerta quanto a possíveis ataques de autoria do EI, que poderia utilizar-se das Olimpíadas, um evento de porte mundial, para publicidade. De acordo com Cantanhêde, “a troca de informações com órgãos dos EUA é para conhecer detalhes, formas de atuação, conexões e falhas na detecção do perigo”. A jornalista informou que a Aeronáutica ficará responsável por monitorar o espaço aéreo

brasileiro, tendo “o suporte legal para, em caso de estrita necessidade, até abater aeronaves suspeitas”, enquanto a Marinha cuidará da fronteira marítima e o Exército ficará no controle da área cibernética em conjunto com o GSI. A preocupação é em monitorar a atividade dos chamados “lobos solitários”, jovens muçulmanos ou descendentes de muçulmanos, habitantes do país-alvo, que são recrutados pelo EI. Desse modo, Catanhêde afirmou que “a atenção principal está dentro, não fora do Brasil”. (O Estado de S. Paulo – Política – 19/06/16)

5- Ministério da Defesa elaborou projeto para a criação de duas novas empresas estatais com o objetivo de financiamento tecnológico para a Aeronáutica

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa elaborou um projeto, em parceria com a Casa Civil e o setor econômico, para a criação de duas novas empresas públicas sob competência do Comando da Aeronáutica. A Empresa de Projetos Aeroespaciais do Brasil S.A. (Alada) será direcionada à projetos e tecnologias do setor aeroespacial, já a outra instituição, ainda não nomeada, será responsável por instrumentalizar certas atividades relativas ao controle do espaço aéreo. De acordo com o jornal, “um dos objetivos das novas empresas é criar condições legais para que os recursos obtidos com as tarifas aeroportuárias (que os usuários pagam junto com a passagem de cada voo comercial) entrem diretamente nos cofres da Aeronáutica, sem passar antes pelo Tesouro Nacional”, podendo ser tais recursos utilizados no desenvolvimento de tecnologias de monitoramento e implantação de sistemas e subsistemas que possam auxiliar no aprimoramento da frota de caças modelo Gripen NG, por exemplo. O ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que a elaboração de ambas as empresas tem como finalidade buscar novas formas de financiamento para a alta tecnologia da Aeronáutica, em vista da “grave crise fiscal” e da falta de recursos destinados a investimentos tecnológicos no setor. Segundo o brigadeiro Nivaldo Rossato, comandante da Aeronáutica, as duas novas empresas em concepção integram o Programa de Reestruturação Administrativa e Operacional da Aeronáutica, com perspectiva para até 2041, quando a Força Aérea Brasileira completará 100 anos. Tal programa, de acordo com Rossato, prevê “enxugamento de estrutura e estímulo a empregos temporários”, que reduziriam os gastos com empregados em até 50%, informou o comandante. O projeto de criação das empresas será encaminhado para o Ministério do Planejamento e, em seguida, à Casa Civil, antes de ser aprovado pelo Congresso Nacional. A Aeronáutica afirmou que, em vista do Brasil ser um “país de dimensões continentais”, é necessária a adoção de “um senso agudo de urgência em obter a autonomia estrangeira (...) em tecnologias ditas ‘sensíveis’”. Matias Spektor, professor de Relações Internacionais da Faculdade Getúlio Vargas (FGV), afirmou em coluna opinativa para o jornal *Folha de S. Paulo* que “a ideia [criação da estatal aeroespacial pela Aeronáutica] reproduz os velhos vícios que condenaram o programa espacial brasileiro ao atraso: um cheque em branco para uma empreitada de resultado duvidoso e sem garantia de receitas, que ainda incentiva a canibalização entre Aeronáutica, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, Telebrás e outras”. Por outro lado, Spektor reconheceu que “se der certo, a economia voltará a andar e a desigualdade a diminuir.” (Folha de S. Paulo – Opinião – 23/06/16; O Estado de S. Paulo – Política – 19/06/16)

6- Venda sem fiscalização de armas e munições militares e policiais cresceu nas redes sociais

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, redes sociais na internet vêm sendo usadas para a venda ilegal e sem fiscalização de armas, munições e acessórios de controle exclusivo do Exército e da Polícia Federal (PF). As ofertas variam de revólveres, fuzis, silenciadores e “até um kit importado que transforma uma pistola em submetralhadora de uso restrito das forças militares”, por exemplo. A prática se dá em grupos fechados para usuários que se identificam como caçadores, atiradores e colecionadores de armas, os chamados CACs possuidores de certificado de registro (CR) do Exército “para comprar e portar arma e munição para a prática de tiro esportivo”. Entretanto, a maioria dos usuários não se encaixa na categoria, integrando tais grupos para vender produtos e serviços que facilite a aquisição do certificado de registro para posse ou porte de armas tanto no Exército quanto na Polícia Federal mais facilmente. O periódico afirmou que, segundo a lei, “o comércio só pode ser feito por fábricas e lojas cadastradas, ou entre pessoas que tenham posse ou porte de arma em dia e somente após o deferimento da transferência do registro pela PF ou pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército”. De acordo com *O Estado*, a Polícia Federal, a Polícia Civil de São Paulo e o Exército isentaram-se da responsabilidade de fiscalizar o comércio de armamento militar nas redes sociais, exibindo uma “falta de integração para combater crimes nessa área”. A Secretaria de Segurança Pública informou que a Divisão de Produtos Controlados e Registros Diversos não recebe informações da Polícia Federal e do Exército a respeito de estabelecimento autorizados à venda de armas, não sendo responsável, portanto, por sua fiscalização, tarefa atribuída ao Exército e à Polícia Federal. O Exército defendeu que a sua fiscalização se dá no comércio legal de armas, sendo que a investigação de ilegalidade caberia aos órgãos de segurança pública. De acordo com o vice-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, a solução para tal impasse encontra-se na “criação de algum mecanismo que una as forças policiais com as Forças Armadas, talvez algum gabinete ou núcleo, para que o problema não fique sendo jogado de um lado para o outro”. (*O Estado de S. Paulo – Metrópole – 19/06/16*)

7- Onça foi morta após cerimônia olímpica

Segundo os periódicos *Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, o Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016 admitiu o erro, via rede sociais, ao deixar que a onça Juma fosse usada durante a passagem da tocha olímpica em Manaus, na segunda-feira, dia 21/06/16. O animal era mascote do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), um dos locais da capital por onde a tocha olímpica passou. Os condutores tiraram fotos com duas onças-pintadas. Um dos animais foi abatido após escapar e tentar atacar um militar. Segundo a *Folha*, no dia 22/06/16, o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) afirmou que não havia autorizado o animal a participar do evento. Como resposta, o Comando Militar da Amazônia publicou uma nota na qual afirmou que a onça Juma estava no evento “por coincidência”. Ainda conforme o jornal, “o coronel Luiz Gustavo Evelyn disse que a onça não se deslocou de seu habitat natural, que seria o perímetro do CIGS e, dessa maneira, não precisaria de autorização para estar perto da tocha”. Evelyn afirmou ainda que a morte de Juma não teve “nenhuma relação com o evento da tocha” e que “poderia ter acontecido a qualquer momento”. Em depoimento para a *Folha*, o fisioterapeuta Igor Andrade, que apareceu ao lado da onça durante a cerimônia, afirmou ter sido insultado nas redes sociais, apesar de não ter relação com a morte do animal. Segundo Andrade, que foi convidado pelo Comitê Olímpico

Internacional graças a seu trabalho beneficente com crianças deficientes e botos, “os animais são muito bem tratados [no CIGS] e estavam extremamente calmos”, “a intenção era fazer um chamado de atenção para a sociedade olhar mais para os animais silvestres”. (Correio Braziliense – Brasil – 22/06/16; Folha de S. Paulo – Esporte – 22/06/16; Folha de S. Paulo – Esporte – 23/06/16; Folha de S. Paulo – Esporte – 24/06/16; O Estado de S. Paulo – Esporte – 22/06/16)

8- Novo efetivo de militares será enviado para garantir a segurança durante os Jogos Olímpicos

Segundo os periódicos *Folha de S. Estado de S. Paulo*, o Ministério da Defesa foi notificado de que terá que mobilizar mais 5 mil soldados para a segurança dos Jogos, número que se acrescenta aos já 18 mil homens do plano original. O pedido aconteceu a um mês e meio do início dos Jogos Olímpicos e 15 dias para o prazo final do COI (Comitê Olímpico Internacional) para que toda a estrutura de segurança esteja pronta. A notificação foi recebida de forma negativa pelo comando das Forças Armadas devido ao curto prazo para a organização. Segundo a *Folha*, no dia 23/06/16 o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, afirmou que o efetivo será enviado, porém em número inferior ao solicitado. De acordo com o jornal, “a administração fluminense pediu 5 mil homens e o Palácio do Planalto decidiu enviar 4,5 mil, dos quais 3 mil das Forças Armadas e 1,5 mil da Força Nacional”. A justificativa para o número é de que “com o repasse de R\$ 2,9 bilhões para a gestão fluminense para a área de segurança pública, ‘não será necessário’ o deslocamento do número pedido”. (Folha de S. Paulo – Esporte – 24/06/16; O Estado de S. Paulo – Esporte – 22/06/16)

9- Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos analisou o caso de Eduardo Campos

O periódico *Folha de S. Paulo* noticiou que a Justiça mandou incinerar objetos que caíram da aeronave na qual estava o candidato à presidência do ano de 2014, Eduardo Campos, e outras 6 pessoas. A aeronave caiu em 2014 numa área residencial na cidade de Santos, no estado de São Paulo e até hoje a causa do acidente não foi definida. O Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (Cenipa), ligado à Aeronáutica, concluiu que o estresse e a falta de capacitação do piloto para conduzir a aeronave contribuíram para o acidente. A família do profissional, Marcos Martins, questionou as conclusões do órgão. (Folha de S. Paulo – Ilustrada – 23/06/16)

10- Iniciativa será criada para arrecadar dinheiro para viagens da presidenta da República, proibida de usar aeronaves da FAB

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, amigas da presidenta da República afastada, Dilma Rousseff, desde o tempo do regime militar (1964-1985) são responsáveis pela iniciativa de arrecadar dinheiro, via internet, visando auxiliar nas viagens de Rousseff, que não possui mais uma aeronave da Força Aérea Brasileira (FAB) disponível para rotas que não sejam de Brasília, capital federal, para Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, cidade onde mora sua família. (Folha de S. Paulo – Poder – 23/06/16)

11- Câmara Municipal aprovou alteração do nome do elevado Costa e Silva

De acordo com os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, a Câmara Municipal da cidade de São Paulo aprovou a alteração do nome do elevado Presidente Costa e Silva para elevado Presidente João Goulart. Segundo os periódicos, o elevado, popularmente conhecido como Minhocão, foi construído e inaugurado durante o regime militar (1964-1985) e por isso recebeu o nome do então presidente da República, Arthur da Costa e Silva. Segundo o projeto de lei, apresentado pelo vereador Eliseu Gabriel em junho de 2014 para propor a mudança: “ao contrário de Costa e Silva, João Goulart teve uma vida de luta em prol da democracia e melhoria das condições de vida da população”. Segundo a *Folha*, um projeto da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, ainda em tramitação na Câmara Municipal de São Paulo, propõe a mudança do nome de vias públicas cujos nomes homenageiem “datas e pessoas ligadas à repressão do regime militar”. Há ainda um segundo projeto que prevê o impedimento à novas nomeações de vias ou prédios públicos que façam referência ao período militar. (*Folha de S. Paulo – Esporte – 24/06/16*; *O Estado de S. Paulo – Esportes – 24/06/16*)

12- Participação de atletas militares nas Olimpíadas de 2016 aumentou

De acordo com o periódico *O Estado de S. Paulo*, a participação de atletas militares nos Jogos Olímpicos 2016 aumentou, sendo que, dos 215 atletas brasileiros confirmados até o momento, 106 estão ligados ao Programa de Atletas de Alto Rendimento. O programa, fruto de parceria entre os ministérios da Defesa e do Esporte, busca, além de estimular o rendimento, aproximar as Forças Armadas e a sociedade civil, promovendo uma imagem positiva para o Exército, a Marinha e a Aeronáutica. Segundo o periódico, os atletas participantes do programa não vivem uma rotina propriamente militar e, diferentemente dos atletas de carreira militar, não treinam nos quartéis, “a profissão deles continua sendo atleta, assim como a Marinha, o Exército e a Aeronáutica têm médicos, advogados e dentistas”. (*O Estado de S. Paulo – Esportes – 24/06/16*)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra do *Correio Braziliense* e *O Estado de S. Paulo* não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Bruce Scheidl Campos (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CAPES); Cristal de Moraes Siqueira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); David Succi Júnior (Redator, mestrando em Relações Internacionais, bolsista CNPq); Gabriel Camargo do Vale (Redator, graduando em Relações Internacionais); Giulia Botossi Gomes (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Heed Mariano Silva Pereira (Supervisora, graduada em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutora em Relações

Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Laura Pujol Ricarte (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Natália Rodrigues Germano (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Stephanie Loli Silva (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Valéria Cristina Derminio Sobral Pinto (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).